

Informática levada a sério

22/01/2021

Autor: Marcos Vinicius Ferreira Mazoni

As novas tecnologias da informação mudaram o mundo, mas ainda têm resistência em muitos setores da sociedade. Isto tem várias causas, inclusive os próprios profissionais da área. Não é incomum sistemas inadequados, caros e sem uma boa relação de custos e benefícios. Sem contar que por algum motivo, a informática foi muito usada para acobertar terceirizações de mão de obra, inflando as cifras das rubricas de TI.

Do lado do cliente ou usuário existe um problema etário. Pessoas de 50, 60 anos em postos de comando têm mais dificuldade do uso de computadores, por estarem distantes da tecnologia, minimizam sua importância.

Por outro lado, existe uma clientela potencial que percebe a necessidade da informatização, mas os preços ainda são proibitivos. Este potencial começa a ir para a realidade com o software livre, mas ainda é necessária uma política nacional para aquisição ou fabricação de hardware. A revisão dos conceitos de informatização também pode contribuir para a consolidação deste mercado, como por exemplo as soluções em servidores em vez de pequenos parques de informática.

Mas o maior problema para as tecnologias da informação é ela mesma: falta de planejamento, suposições sobre o que o cliente quer, o cliente não saber o que quer, a informatização da burocracia em vez do uso dela como elemento de aumento de velocidade nos processos.

No governo do Paraná estamos enfrentando estes problemas. A ferramenta para isto não é um software, mas uma medida administrativa. A criação da Comissão de Sistemas de Informações e Telecomunicações, órgão que unifica tecnologicamente e contratualmente a TI de governo. Como a Comissão tem a participação de todos os órgãos da administração direta e indireta, ela é capaz de ver as soluções do lado do desenvolvimento e do cliente ao mesmo tempo. Ninguém faz nada sozinho.

Como resultado prático deste grande mecanismo de planejamento será criado o

Plano Diretor de Informática de cada órgão, respeitando sua especificidade e autonomia, mas visando a unificação de linguagens e a criação de uma política única.

Existem milhões de informações governamentais digitais produzidas, acumuladas nos últimos 40 anos mas, com cada unidade fazendo suas opções tecnológicas, estes dados não conversam entre si. Cruzar dados da Secretaria da Fazenda, com os da Educação, Fluxo de Trânsito, Segurança e geoprocessamento é algo que potencializa investimentos públicos e, porque não, privados.

A COSIT veio para ficar. É uma ferramenta administrativa feita por uma coletividade, como o software livre. Ainda que não existam fórmulas mágicas, é um modelo que posso recomendar ser considerado para qualquer administração pública federal, estadual ou municipal, ou grande corporação privada.